

CONFLITO

Índios ganham na Justiça

Eletronorte é obrigada a adquirir área de terra para os Gavião da Montanha, desalojados para a construção da barragem da Hidrelétrica de Tucuruí, em sentença que abre jurisprudência para direitos dos povos indígenas

Helena Palmquist

Os Gavião da Montanha, índios da etnia parakatejé, assim conhecidos porque viviam numa elevação de terra na margem direita do rio Tocantins, onde hoje está a hidrelétrica de Tucuruí, obtiveram na justiça uma vitória contra a Eletronorte que abriu nova jurisprudência no que diz respeito aos direitos dos povos indígenas. Três juízes do Tribunal Regional Federal da 1ª região, em Brasília, condenaram a Eletronorte a adquirir para os índios uma área de 3.600 hectares, nas mesmas condições ecológicas das terras onde eles viviam até a inundação do lago da usina.

"A decisão é importante porque reconhece a responsabilidade do Estado brasileiro por impactos sociais de projetos governamentais. Abre um precedente para que casos similares venham a ser julgados da mesma maneira", comemora o advogado Fernando Batista, do Instituto Sócio-ambiental (Isa), que representa os índios Gavião na causa.

A Eletronorte já deu entrada em recurso para reverter a decisão, mas ninguém da empresa quis comentar o assunto. Os índios, representados na causa pelo Instituto Sócio-ambiental (Isa) e pela procuradora regional da República Deborah Duprat, também entraram com recurso, mas para fazer crescer a vitória obtida. É que além de fazer a Eletronorte pagar por uma área equivalente à que perderam, os parakatejé também reivindicam o pagamento pela empresa de uma indenização pelos danos causados à comunidade com a expulsão.

A indenização não foi concedida pelos juízes, mas a decisão não foi unânime: a desembargadora Selene Maria Almeida discordou dos outros dois colegas e defendeu o pagamento ao grupo Gavião por danos morais, em valores a serem calculados por um perito e um antropólogo nomeados pelo tribunal. "Recorremos para que o voto da desembargadora prevaleça sobre os outros dois votos, e assim a vitória dos índios seja completa", explica Fernando Batista, advogado do Isa que acompanha o caso.

Os desembargadores Antônio Ezequiel e João Batista Moreira entenderam que não houve "qualquer descrição e prova de qualquer outro prejuízo, que não a própria perda da posse da área, este atendido com o deferimento do pedido", de acordo com o que argumentam em seus votos.

Já a desembargadora Selene de



TUCURUÍ Eletronorte usou de má-fé para desalojar índios de suas terras. Agora foi condenada pela Justiça

Almeida considera evidente que a transferência da comunidade indígena representa um prejuízo. "Como bem salientou o MPF, os índios sofreram uma perda irreparável por terem sido afastados do seu habitat. Ademais, a

remoção da comunidade para outra área e sua instalação nela, para que vivam com um mínimo de dignidade, implicará em despesas", considera.

O cacique Paiaré, líder dos Gavião da Montanha, que não esquece o dia

exato em que foi expulso de suas terras, 27 de dezembro de 1983, comemora a decisão, mas não considera o trabalho terminado. "A vitória não é total. A Eletronorte vai recorrer e ainda falta a indenização. Eu queria muito

ganhar, queria ainda trabalhar essa terra, não é só para eu ser feliz, é para todos, para o futuro", diz. Ele aguarda por esse julgamento desde 1989, quando deu entrada na ação.

Paiaré hoje mora na aldeia Mãe Maria, em Bom Jesus do Tocantins, com mais cerca de 330 membros de três grupos parakatejé. Ele já está procurando uma área de 3.600 hectares parecida com a área que os Gavião tinham na margem direita do Tocantins. A sentença determina que a área adquirida pela Eletronorte deve ter condições ecológicas iguais. E a preferência da comunidade é por se mudar para perto da aldeia Mãe Maria. "Tudo aqui está desmatado e nós gostamos de mata. Encontro no máximo até 800 hectares de terra com mata", se queixa Paiaré.

Resistência - "Todo esse episódio mostra bem, mais uma vez, um tipo particular de resistência dos Gavião e traz jurisprudência para as questões relativas ao uso indevido de terra indígena no Brasil", diz a antropóloga Lara Ferraz. Ela se refere à história do contato dos Gavião com o colonizador (ver box).

As terras de onde os Gavião foram expulsos eram conhecidas como Arumathuazinho e ficavam na margem direita do rio Tocantins, exatamente onde hoje está uma das extremidades da barragem da hidrelétrica de Tucuruí. A comunidade já habitava a área, segundo registros oficiais do Estado do Pará, desde antes de 1921. Quando o projeto para a construção da hidrelétrica de Tucuruí ficou pronto e a Eletronorte começou a montar o canteiro de obras na região, a vida dos índios, segundo Paiaré, mudou. "Pistoleiros andavam armados na nossa terra, com arma, revólver. Diziam que se a gente não saísse, iam passar com o trator por cima da gente. Eram muitas ameaças. Destruíram nosso cemitério, nossas casas com tratores assim que nós saímos. Todos os índios perderam. Muitas índias ficaram viúvas, os maridos morreram de gripe, tuberculose", relembra o cacique.

A antropóloga Lara Ferraz, estudiosa da vida dos Gavião, relata as pressões em sua tese de doutorado. "Em 1977, hospitalizado com pneumonia, Paiaré foi persuadido pelo advogado da agência tutelar regional a assinar um 'termo de indenização' no valor de sete mil cruzeiros", relata. Este documento foi apresentado na defesa da Eletronorte. Com a decisão do TRF, os juízes aceitaram o argumento dos Gavião de que houve pressão e má-fé na retirada da comunidade para a instalação da usina.

Pressões e desrespeito às comunidades tradicionais

Desde o início dos anos 70, com a intensificação da ocupação ao longo do rio Tocantins, os índios Gavião da Montanha sofriam pressões de várias origens, inclusive da Funai, para se retirarem da região que lhes dava o próprio nome. É o que sustenta a antropóloga Lara Ferraz em sua tese de doutorado sobre os Gavião. No final da década de 80, a estudiosa conversou com a índia Rônôre, mãe do cacique Paiaré, que lhe relatou as pressões sofridas para que a comunidade saísse da "montanha" e se mudasse para a reserva Mãe Maria.

"A ameaça de destruição dos bens pessoais, das casas na montanha e a incerteza em relação ao local para onde seriam levados traduziam-se, para Rônôre, em grande sofrimento; ela se recorda da ocasião quando o marido foi levado para tratamento em Belém e, em seguida, seus sobrinhos foram transferidos para o Mãe Maria. Ao mesmo tempo, lembra-se dos argumentos persuasivos (a abundância de bens industrializados em Mãe Maria) utilizados pelos agentes

tutelares para tentar convencê-la da transferência para o Mãe Maria", relata em um trecho de sua tese.

Paiaré também recorda com precisão o que aconteceu. "Não foi um acordo que nos trouxe para cá, não, foi muita pressão. As terras eram nossas e não fomos indenizados direito", conta. Alguns índios, pressionados, já tinham se mudado ao longo da década de 70 para a reserva Mãe Maria. Paiaré foi um dos últimos, já na iminência da inundação de sua área pelos 45,8 bilhões de metros cúbicos de água do lago de Tucuruí.

Segundo Lara Ferraz, os Gavião tinham ido para a região chamada de "Montanha" depois que o antigo Serviço de Proteção ao Índio instalou um posto na área, com o objetivo de tornar mais pacíficas as relações entre os Gavião e a população que se instalava em Tucuruí e arredores. Mas com a decisão de construir a usina, o jogo virou. Um decreto presidencial de 76 declarou a área de "utilidade pública" destinada à desapropriação para a formação do reservatório.

Paiaré recebeu, ainda em julho de 1975, um ofício da Eletronorte que o intimava a "desocupar a área em 15 dias". "Iniciava-se um período de pressões psicológicas crescentes dos representantes das empreiteiras pessoalmente sobre o cacique, assim como de ameaças aos demais componentes do grupo. Essas ameaças consistiam na abertura de picadas em toda a área e instalação de linhas de transmissão auxiliares, até ameaças explícitas de destruição física das casas da aldeia e de aniquilamento dos integrantes do grupo", segundo os relatos colhidos pela pesquisadora.

As ameaças acabaram surtindo efeito, os Gaviões da Montanha já estão há 19 anos em Mãe Maria e Tucuruí se prepara para duplicar a produção de energia. Mas com a decisão recente do TRF, a Eletronorte pode ser obrigada a pagar caro. Paiaré só saiu da montanha depois de registrar em cartório, em Marabá, que só o fazia por causa das graves ameaças. A justiça agora reconheceu a verdade em sua história.